

**MARCIA TEREZINHA DE SOUZA LOUÇÃO
OSVINO CAVEDON**

**CONTRIBUIÇÃO DE ESTUDO PARA DEMONSTRAR ASPECTOS TRIBUTÁRIOS
ENVOLVENDO OS COOPERADOS E A COOPERATIVA DE TRABALHO,
COMPARANDO COM UMA SOCIEDADE EMPRESARIA TRIBUTADA PELO
REGIME DE LUCRO PRESUMIDO**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Departamento de
Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais
Aplicadas, da Universidade Federal do
Paraná, como pré-requisito para obtenção
do título de MBA - Auditoria Integral .

Orientador: Prof. Blênio César Severo Peixe

**CURITIBA
2008**

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente ao Criador do Universo que possibilitou o crescimento e o desenvolvimento de todos os seres do cosmo e vê cada um de nós como luz infinita.

Aos nossos familiares pelas ausências e compreensão nos momentos em que o desânimo se apresentava, pelos incentivos e amor incondicional.

Aos mestres que vieram nos ensinar e nos orientar, pela paciência nessa estrada da vida de integração e maturidade.

Ao Professor Blênio César Severo Peixe que desde o início dos estudos nos acompanhou e orientou.

Aos colegas e agora amigos com quem dividimos os momentos difíceis e as conversas alegres e incentivadoras, as brincadeiras e os momentos de seriedade e dedicação.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram, retribuímos com nosso carinho e eterna gratidão.

"O valor das coisas não está no tempo em que elas duram,
mas na intensidade com que acontecem.
Por isso existem momentos inesquecíveis,
coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis".
(Fernando Pessoa)

LISTA DE SIGLAS

COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das pessoas jurídicas

FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social.

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IRPJ – Imposto Sobre a Renda da Pessoa Jurídica

IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte

PIS/PASEP – Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

RESUMO

LOUÇÃO, M. T. S. e CAVEDON, O. Contribuição de estudo para demonstrar aspectos tributários envolvendo os cooperados e a cooperativa de trabalho, comparando com uma sociedade empresária tributada pelo regime de lucro presumido.

As cooperativas de trabalho vêm se desenvolvendo como uma alternativa e assumindo importante papel socioeconômico. As Cooperativas de Trabalho vem enfrentando muitas dificuldades em determinar qual o tratamento tributário adequado, quais os tributos que realmente devem pagar. A dificuldade de saber a real carga tributária da cooperativa de trabalho vem dificultando a formação de custo dos serviços prestados, e trazendo insegurança tributária aos seus cooperados. A intenção desta pesquisa é revisar a legislação, analisar a forma de tributação do cooperado e da cooperativa de trabalho, comparar a tributação da cooperativa de trabalho com uma sociedade empresária do mesmo ramo tributada pelo lucro presumido. Verificar os reflexos desta tributação para o cooperado e a cooperativa de trabalho, apresentando as vantagens e desvantagens tributárias de se fazer parte de uma cooperativa de trabalho. Pretende-se demonstrar que há muito que melhorar na questão de tributação dos cooperados e das cooperativas de trabalho para se tornarem mais competitivas e que possam atingir seu verdadeiro objetivo. Fazer parte de uma cooperativa é estar inserido em uma estrutura organizacional em forma de cooperação, cujo objetivo é a união de pessoas, em busca de vantagens, que só poderão ser trazidas por esta união. O cooperado suporta uma tributação alta ao final de cada prestação de serviços através da cooperativa, pois além de contribuir proporcionalmente com os custos administrativos da cooperativa e com os tributos que incidem na cooperativa a cada serviço prestado - diminuindo assim o valor de sua remuneração - ainda terá a retenção do imposto de renda e o desconto da previdência social. O que faz diminuir o valor recebido pelo cooperado em relação ao valor cobrado pelo serviço prestado.

Palavra Chave: Cooperativa de trabalho, Cooperado, Tributação, Regime.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	II
PENSAMENTO.....	III
LISTA DE SIGLAS.....	IV
RESUMO.....	V
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. METODOLOGIA.....	4
3. REVISÃO DE LITERATURA.....	6
3.1. ORIGEM DO COOPERATIVISMO.....	6
3.1.1. No mundo.....	6
3.1.2. No Brasil.....	7
3.2 PRINCÍPIOS E CARACTERÍSTICAS DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS.....	9
3.2.1 Princípios Cooperativistas.....	10
3.2.2 Características das Sociedades Cooperativas.....	11
3.3 PRINCIPAIS SEGMENTOS DAS COOPERATIVAS.....	12
3.4 LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE AS COOPERATIVAS.....	19
3.5 CARACTERIZAÇÃO DO ATO COOPERATIVO.....	22
3.6 REGIME TRIBUTÁRIO DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO.....	25
3.7 PRINCIPAIS TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE AS COOPERATIVAS DE TRABALHO.....	27
3.7.1 Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Folha de Salários.....	27
3.7.2 Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Faturamento.....	27
3.7.3. Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social.....	28
3.7.4. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.....	30
3.7.5. Imposto de Renda Retido na Fonte de Pessoa Jurídica.....	31
3.7.6. Imposto de Renda Retido na Fonte do Pagamento ao Associado.....	32
3.7.7. Imposto de Renda Pessoa Jurídica.....	33

3.7.8. Previdência Social.....	35
3.8 TRIBUTAÇÃO DO COOPERADO E DA COOPERATIVA DE TRABALHO...	38
3.8.1 Tributação da Cooperativa de Trabalho.....	39
3.8.2 Tributação do cooperado.....	40
3.8.3 Comparação da Tributação entre Cooperativa de Trabalho e Sociedade Empresária Tributada pelo Lucro Presumido	41
3.8.4 Comparação da Tributação entre Cooperados e Sócios de Sociedade Empresária.....	43
3.8.5 Reflexos da tributação.....	44
3.9 VANTAGENS E DESVANTAGENS DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO.....	45
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50

1. INTRODUÇÃO

O mundo passa por uma crise de grandes dimensões, onde o emprego é uma “necessidade vital”, o regime capitalista delimita a sociedade em ricos e miseráveis, por isso se busca novas formas de trabalhos alternativos.

O cooperativismo surgiu no século passado como meio de organização da produção, com a idéia do esforço comum e da ajuda mútua, dispersou-se pelo mundo, no Brasil sob a influência dos estrangeiros se espalhou e criou raízes nas cooperativas de produção, onde o ato cooperado consiste na entrega da produção a cooperativa que tem a missão de reunir o volume da produção agrícola e obter um preço melhor. E das necessidades dos Associados novas formas de associação foram surgindo, como cooperativas de crédito, cooperativas habitacionais, cooperativas industriais, cooperativas de consumo, cooperativas de seguros, cooperativas escolares, cooperativas de trabalho.

No Brasil vem se enfatizando crescentemente a criação de cooperativas, que trazem em sua essência, o sonho de ser livre, sem patrão, sem regras, sem obrigações. É uma autogestão onde todos participam democraticamente das operações da sociedade. Baseia-se em valores do associativismo, juntos seremos mais fortes, responsabilidade, igualdade, equidade e solidariedade. Acreditam nos valores de honestidade, integridade, transparência e posicionamentos éticos.

As cooperativas são um tipo de estrutura associativa existente há várias décadas no Brasil, desde o seu surgimento tem merecido a atenção devido ao perfil peculiar de que se revestem, tendo suas regras definidas na Lei Federal nº 5.764/71. Como a Cooperativa tem Lei própria e não se confunde com outros tipos societários, o tratamento tributário de suas atividades tem preocupado aos legisladores, não

sendo raras as disputas teóricas e jurisprudenciais, quanto ao sentido e alcance de determinados artigos da referida Lei.

As Cooperativas de Trabalho vem enfrentando muitas dificuldades em determinar qual o tratamento tributário adequado, quais os tributos que realmente devem pagar, a dificuldade de saber a real carga tributária da cooperativa de trabalho vem dificultando a formação de custo dos serviços prestados, e trazendo insegurança tributária aos seus cooperados.

A definição exata de ato cooperativo e ato não cooperativo é uma chave a ser desvendada para as cooperativas de trabalho, para tanto se deve compreender o que são cooperativas de trabalho? Por que existem? Qual o objetivo de sua existência?

Dar tratamento tributário adequado é reconhecer que, em última análise, ela não é uma pessoa jurídica comum, igual às outras, e, não sendo uma pessoa jurídica igual às outras, adequarem à tributação a este perfil, significa que, pelo simples fato de se reunir em cooperativa, isto não deve ser razão determinante de uma incidência tributária maior ou de uma duplicidade de incidências. Não se trata de desonerar a cooperativa de incidências. Trata-se de não agregar novas incidências. Não se trata de não pagar determinado tributo; trata-se de não pagá-lo duas vezes, pelo simples fato de o associado ter se reunido em cooperativa.

Pretende-se demonstrar que há muito que melhorar na questão de tributação dos cooperados e das cooperativas de trabalho para se tornarem mais competitivas e que possam atingir seu verdadeiro objetivo.

Este trabalho tem a intenção de revisar a legislação, analisar a forma de tributação do cooperado e da cooperativa de trabalho, comparar a sua tributação com uma sociedade empresarial do mesmo ramo tributada no regime de lucro

presumido. Verificar quais os reflexos desta tributação para o cooperado e a cooperativa de trabalho, apresentar as vantagens e desvantagens tributárias de se fazer parte de uma cooperativa de trabalho. Considerando a Constituição Brasileira em seu artigo 146, onde deixa claro que “cabe a Lei Complementar definir o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas”, permitindo assim ao cooperado o acesso à renda, a educação e como consequência natural à qualidade de vida.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

Segundo GIL (2007, pg. 40), “com relação às pesquisas, é usual a classificação com base em seus objetivos gerais. Assim, é possível classificar as pesquisas em três grandes grupos: exploratórias, descritivas e explicativas”.

A pesquisa exploratória tem como objetivo principal o aprimoramento de idéias, uma maior familiaridade, com planejamento bastante flexível, que envolvem o levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas e análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Já a pesquisa descritiva tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, com a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionários e a observação da sistemática.

E a pesquisa explicativa busca identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência do fenômeno é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, segundo o autor acima identificado.

E com base nestas informações e para atender aos objetivos propostos utilizou-se a pesquisa denominada exploratória. Identificou-se a bibliografia existente e a legislação que ampara as cooperativas.

As origens das cooperativas a partir dos Pioneiros de Rochdale em 1844, as suas motivações, até a chegada ao Brasil, à acolhida do Governo Brasileiro, para com esta forma de associativismo trazida pelos imigrantes que tanto contribuíram para o progresso de nossa Pátria, as legislações que sustentaram o crescimento até o terceiro milênio, e como a globalização está afetando e gerando diversidades de cooperativas que buscam apenas a sustentabilidade para os cooperados como uma alternativa para a sobrevivência e melhoria da qualidade de vida.

Buscou-se determinar qual a legislação que ampara o trabalhador cooperado, qual o custo em ser um cooperado na modalidade cooperativa de trabalho, como a Secretaria da Receita Federal do Brasil entende esta modalidade de associativismo, através dos seus Atos Declaratórios e também o judiciário como ele manifesta o seu entendimento sobre o assunto, face às indefinições do poder legislativo.

Enfim identificar os mecanismos legislativos e a aplicabilidade da legislação vigente e determinar qual o benefício ao cooperado neste tipo de associativismo, juntando estas informações e detalhando-as para chegar a uma definição.

3. REVISÃO DE LITERATURA

Nesta revisão de literatura abordam-se os seguintes aspectos: origem do cooperativismo, os princípios e características das sociedades cooperativas, seus principais segmentos, a legislação específicas das sociedades cooperativas, a caracterização do ato cooperativo, o regime tributário, os principais tributos federais, a forma de tributação do cooperado e da cooperativa e as vantagens e desvantagens de se fazer parte de uma cooperativa de trabalho.

3.1 ORIGEM DO COOPERATIVISMO

O cooperativismo como ajuda mútua se manifestou em algumas experiências desde o início do século XIX, mas foi com Robert Owen, em 1771, que se tornou mais consistente. Robert Owen é considerado o pai da moderna concepção de cooperação, e o pai do cooperativismo na Inglaterra.

3.1.1 No mundo

O modelo atual do cooperativismo tem como marco inicial os Pioneiros de Rochdale, Inglaterra, 1844. Rochdale é uma pequena cidade situada nas proximidades de Manchester, e foi lá que vinte e oito tecelões se uniram para formar uma sociedade cujo objetivo era minimizar as condições de miséria que atingiam o proletariado da época. Essa cooperativa surgiu da idéia de ajuda mútua, para a solução dos problemas oriundos dos efeitos maléficos da Revolução Industrial. Seu maior inimigo, na época, era o detentor do capital, que explorava o trabalho humano.

Esses tecelões montaram um verdadeiro programa de metas que propiciariam o desenvolvimento das condições sociais do grupo. Dentre elas estava a aquisição e o fornecimento de bens de consumo, a construção de casas para moradia dos associados, o fabrico de produtos tidos como imprescindíveis e o arrendamento de terras para cultivo agrícola. Esses pioneiros deram forma ao cooperativismo, divulgaram a filosofia da ajuda mútua e da cooperação por todo o mundo, foram, enfim, os fundadores do cooperativismo moderno. Ao se organizarem, criaram regras de conduta, comportamento e administração da sociedade, que deram origem aos, hoje, denominados “princípios cooperativistas”.

A idéia do cooperativismo foi rapidamente difundida em todo o mundo.

3.1.2 No Brasil

A primeira cooperativa brasileira, como informa Renato Lopes Becho, foi a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, cujos estatutos datam de 27.10.1889. A mais antiga cooperativa em funcionamento é a Caixa Rural Raiffeisen de Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul, criada em 1902. Esta cooperativa seguia o modelo alemão de cooperativas de crédito, e tinha como principal objetivo os depósitos e a remuneração atribuída aos cooperados.

Foi, portanto, através das cooperativas de crédito que o cooperativismo chegou ao Brasil.

Com o aumento da imigração européia no final do século XIX e início do século XX, os ideais cooperativistas se desenvolveram neste país. Alemães, italianos e espanhóis, entre outros, aportaram no Brasil trazendo consigo a idéia de agregar para vencer, isto pode ser percebida, até hoje pelo fato de que os locais

onde as cooperativas mais se solidificaram coincidem com as concentrações destes imigrantes, ou seja, Regiões Sul e Sudeste. A grande maioria deles iniciou seu trabalho na lavoura, e, como consequência lógica, verificou-se a constituição, em 1907, das primeiras cooperativas agropecuárias, oriundas da cultura do café, em Minas Gerais.

O primeiro dispositivo legal dispendo sobre as atividades cooperativistas no Brasil data de 6 de janeiro de 1903 – o Decreto nº 979 – que regula as atividades dos sindicatos de profissionais da agricultura e das atividades rurais e de cooperativas de produção e consumo. Posteriormente, em 05/01/1907, foi promulgado o Decreto nº 1.637, ainda muito modesto como regulamentador de uma atividade tão importante, com 26 artigos, dos quais somente 16 eram destinados às sociedades cooperativas. Vinte e cinco anos mais tarde, o Decreto nº 22.239/1932, este sim, visto como o estatuto do cooperativismo pode ser considerado o marco da formalização legal da atividade no Brasil. Esse decreto foi substituído, no ano seguinte, pelo de nº 23.611. Em 1934, o decreto nº 24.647 instituiu o cooperativismo sindicalista, a ele seguiu-se o decreto-lei nº 581/1938, sendo ambos consolidados pelo decreto-lei nº 8.401 de 1945.

A partir dessas últimas décadas, a evolução legislativa não cessou, o ano de 1966 foi marcante para o aprimoramento do regime jurídico das cooperativas, destacando-se o decreto nº 58.377, de 09/05/1966, o decreto-lei nº 59, revogando diplomas anteriores, definiu a política nacional de cooperativismo e reorganizou o Conselho Nacional do Cooperativismo, criado pelo Decreto nº 46.438/1959. Finalmente em 16/12/1971, foi promulgado o novo estatuto geral do cooperativismo, pela Lei nº 5.764, vigente até hoje, que define a Política Nacional do

Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

3.2 PRINCÍPIOS E CARACTERÍSTICAS DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS

As sociedades Cooperativas, disciplinadas pela Lei nº 5.764/1971, alterada parcialmente pela Lei nº 6.981, de 30/03/1982 “são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados” O objetivo, assim, está voltado para os cooperados e não para a sociedade, e em sua razão social deve ser contida a expressão ‘cooperativa’. Como sociedade civil está subordinada às normas do Código Civil. Devendo seus associados terem autonomia, não sendo permitida a caracterização de qualquer tipo de subordinação entre os associados, celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Estabelece a legislação que o capital de uma cooperativa é variável, dividido em quotas-parte intransferíveis a terceiros estranhos à sociedade. A cooperativa é uma entidade sem fins lucrativos, porém obrigada a constituir um Fundo de Reserva de 10% das sobras líquidas e um Fundo de Assistência Técnica, Educacional e social (FATES) de no mínimo 5% das sobras líquidas em cada exercício social. O número de associados permitido é ilimitado, sendo estabelecido apenas o número mínimo de 20 associados, no caso de cooperativas singulares. Todos os associados têm direito à singularidade de votos e ao retorno das sobras líquidas em cada

exercício, proporcionalmente às operações realizadas, ou segundo deliberação da Assembléia Geral.

3.2.1 Princípios Cooperativistas

A Lei 5.764/71, que regula as sociedades cooperativas, em seu art. 4º, elencou onze princípios cooperativistas que devem reger sua constituição e funcionamento:

O Art. 4º. As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

I – adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

II – variabilidade do capital social, representado por quotas-partes;

III – limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV – inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

V – singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

VI – quorum para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital;

VII – retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;

VIII – indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistências Técnica, Educacional e Social;

IX – neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;

X – prestação de assistência aos associados, e quando prevista nos estatutos aos empregados da cooperativa;

XI – área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

No que diz respeito à natureza jurídica das cooperativas, também não é recente a discussão doutrinária. As grandes questões residiam em dois pontos: terem elas natureza de sociedade ou de associação, e serem de natureza civil ou comercial.

3.2.2 Características das Sociedades Cooperativas

A lei 10.406/2002 define em seu Art. 1.094

São características da sociedade cooperativa:

I – variabilidade, ou dispensa, do capital social;

II – concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo;

III - limitação do valor da soma de quotas do capital social que cada sócio poderá tomar;

IV – intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança;

V – quorum, para assembléia geral funcionar e deliberar, fundado no número de sócios presentes à reunião, e não no capital social representado;

VI – direito de cada sócio a um só voto nas deliberações, tenha ou não capital a sociedade, e qualquer que seja o valor de sua participação;

VII – distribuição dos resultados, proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelo sócio com a sociedade, podendo ser atribuído juro fixo ao capital realizado;

VIII – indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade.

3.3 PRINCIPAIS SEGMENTOS DAS COOPERATIVAS

Existem vários segmentos de cooperativismo desenvolvidos, pois não há qualquer restrição quanto aos ramos de atividades que uma cooperativa pode atuar. As cooperativas são divididas em treze ramos diferentes pela OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras: agropecuário, consumo, crédito, educacional, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, turismo e lazer, transporte, e especial. O termo ramo designa classificação, e esta divisão é exclusivamente doutrinária, com o objetivo de individualizar seus diferentes objetos. As sociedades cooperativas possuem objetivo e objeto. Todas, segundo o art. 4º da Lei 5.764/71, possuem o mesmo objetivo, a prestação de serviços aos cooperados, mas o fazem de maneiras diversas. Esse conjunto de atos ou operações que concretizam a prestação de serviço denomina-se objeto. O art. 5º da lei

cooperativista é claro ao afirmar que as sociedades cooperativas podem adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-lhes o direito exclusivo e exigindo-lhes a obrigação do uso da expressão cooperativa em sua denominação. O art. 21, inciso I, da mesma lei determina que esse objeto venha definido em seus estatutos sociais.

O conhecimento da estrutura de cada um desses tipos de cooperativas, e dos atos por elas praticados ao se relacionarem com seus sócios cooperados, ou com terceiros, é de suma importância para a análise do ato cooperativo.

a) Agropecuário

O ramo agropecuário é composto de produtores rurais e de pesca, cujos meios de produção pertençam aos associados. É um dos ramos com maior número de cooperativas e associados no Brasil. O leque de atividades abrangidas por esse ramo é enorme e sua participação no PIB é significativa. Essas cooperativas, geralmente, cuidam de toda a cadeia produtiva, desde o preparo da terra até a industrialização e comercialização dos produtos. Constituem exemplos do objeto dessas cooperativas agrícolas: receber, classificar, beneficiar, padronizar, expurgar, industrializar e comercializar a produção dos associados, armazenada ou não na cooperativa; adquirir, para fornecimento de seus associados, insumos agrícolas e agropecuários, bem como máquinas e implementos, peças e acessórios, lubrificantes, combustíveis e pneus; produzir, comercializar e fomentar a produção de sementes e mudas selecionadas; e viabilizar o transporte de cargas em geral, bem como disponibilizar ou viabilizar máquinas, equipamentos, implementos agrícolas, serviços fitossanitários, difusão de tecnologia, assessoria em planejamento tributário, entre outros.

b) Consumo

O ramo consumo reúne cooperativas que têm como objeto a compra em comum de artigos de consumo para seus associados. As cooperativas de consumo procuram satisfazer as necessidades dos seus sócios enquanto consumidores. O grupo de pessoas que constitui esse tipo de cooperativa tem o objetivo de eliminar a intermediação característica dessa relação, assumindo, assim, o papel de donos e usuários do empreendimento. Na década de 1990, o grande número de fusões e incorporações de supermercados fez com que as empresas menores, inclusive as cooperativas, enfrentassem uma concorrência acirrada. Em função disso, as mencionadas cooperativas têm diminuído significativamente desde aquela época. As que sobreviveram são formadas por empregados de grandes grupos econômicos.

c) Crédito

O ramo crédito engloba as cooperativas destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos dos seus sócios cooperados. Elas estão organizadas em cooperativas de crédito rural, crédito mútuo e crédito luzzatti.

As cooperativas de crédito, em função do seu objeto, subordinam-se supletivamente às diretrizes fixadas pelo Conselho Monetário Nacional. Em razão do fato de lidarem com dinheiro, compete, ainda, ao Banco do Brasil exercer a fiscalização e o controle de tais sociedades. A vinculação, em parte, ao órgão normativo comum do sistema financeiro nacional não faz das cooperativas bancos. A própria lei bancária (Lei 4.595/64) cuida de fazer essa distinção, em seu art. 18, § 1º, determinando, também, no art. 25, que todas as instituições financeiras, com exceção das cooperativas, assumirão a forma de sociedade anônima.

d) Educacional

O ramo educacional caracteriza-se por envolver cooperativas de professores, de alunos de escolas agrárias, de pais e atividades afins. As Cooperativas das Escolas Técnicas Agrícolas são formadas por alunos e professores de escolas secundárias, com o objetivo de iniciar o aluno na atividade de técnico agrícola. As cooperativas formadas por pais de alunos objetivam constituir uma escola para seus filhos. Esses pais são os sócios cooperados, que têm a responsabilidade de eleger os membros que administrarão a escola e que contratarão os professores para desenvolver o projeto pedagógico escolhido.

Já as cooperativas formadas por profissionais da educação têm como objeto a reunião destes profissionais para prestar serviços às cooperativas de pais de alunos e a outras escolas que não sejam cooperativas.

e) Habitacional

O ramo habitacional reúne cooperativas formadas por pessoas que têm como interesse comum, a casa própria. Estas cooperativas destinam-se à construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais que possam atender a seus cooperados. Elas foram bastante estimuladas pelo Governo Federal na década de 1970, com o intuito de reduzir o enorme déficit habitacional, que caracterizava o país, na época.

f) Infra-estrutura

O ramo da infra-estrutura, como o próprio nome já diz, é formado por cooperativas que têm como objeto atender ao seu quadro social com serviços de infra-estrutura. Um bom exemplo a ser citado é o das cooperativas de eletrificação rural. Nessas sociedades, o objeto social é o fornecimento do serviço público de energia elétrica a consumidores urbanos e rurais, associados ou não. Normalmente,

a energia fornecida vem de concessionárias de energia, estatais ou privadas. Entretanto, algumas cooperativas, na tentativa de diminuir os custos e a dependência energética, possuem micros centrais geradoras de energia.

g) Mineral

O ramo mineral reúne cooperativas que se dedicam a pesquisar, extrair, industrializar e comercializar produtos minerais. Este ramo mereceu atenção especial do constituinte originário de 1988. O art. 174, §§ 3º e 4º, da Constituição Federal prevê que o Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, e que estas terão prioridade na autorização ou concessão destes serviços.

h) Produção

O ramo produção é aquele em que as cooperativas, detentoras dos meios de produção, se dedicam à produção de um ou mais tipos de bens e produtos. Constituem ramo distinto do agropecuário e do trabalho. Diferenciam-se das agropecuárias, pois aqui os cooperados são trabalhadores, enquanto lá eles são produtores rurais. No que diz respeito às cooperativas de trabalho, a diferenciação se dá pelo objeto. Enquanto nas de produção o objeto é a produção industrial, nas de trabalho é a prestação de serviços pelos associados.

i) Saúde

O ramo saúde congrega cooperativas que se dedicam à preservação e recuperação da saúde humana. Estas cooperativas reúnem médicos, dentistas, psicólogos e demais profissões afins. As cooperativas de saúde já estiveram incluídas no ramo trabalho, tendo, posteriormente, constituído ramo autônomo, que não deixa de ser de trabalho, mas que possui denominação diferenciada, em função da especificidade do serviço prestado.

j) Trabalho

O ramo trabalho é classificado, de forma residual pela OCB, como aquele que reúne cooperativas de trabalhadores de qualquer categoria profissional, para a prestação de serviços não identificados em outros ramos de cooperativas. Segundo KRUEGER:

Estas cooperativas se dedicam à organização e administração dos interesses inerentes à atividade profissional dos trabalhadores associados [...], tendo como atividade-fim os serviços de organização e administração dos interesses comuns ligados à atividade profissional, tais como os que buscam a captação de clientela; a oferta pública ou particular dos serviços dos associados; a cobrança e recebimento de honorários; o registro, controle e repasse periódico dos honorários recebidos; aquisição de tecnologia; investimento em marketing; suporte jurídico, financeiro, administrativo, comercial e de desenvolvimento de novas atividades; aperfeiçoamento e atualização profissional; seguridade e assistência técnica.
(KRUEGER, 2004. p. 238),

k) Turismo e Lazer

O ramo turismo e lazer pretendem criar fluxo e refluxo permanente de turistas dentro do sistema cooperativo. As cooperativas deste ramo se dedicam à prestação de serviços turísticos, artísticos, de entretenimento, de esportes e hotelaria, ou atendem, direta e prioritariamente, ao seu quadro social nessas áreas.

l) Transporte

No ramo transporte, as cooperativas atuam na condução de cargas e passageiros. Não importa, aqui, se o domínio dos meios de transporte é dos cooperados, da cooperativa, ou de um terceiro, normalmente o tomador dos serviços. Pode-se perceber, neste ramo, uma intervenção estatal, que é apenas reguladora, e realizada através da Agência do Transporte Terrestre e da de Transporte Aquaviário, criadas pela Lei 10.233/2001.

m) Especiais

As cooperativas especiais, ao contrário dos demais ramos, não se identificam por seu objeto, mas sim por características próprias de seus associados. Estas cooperativas foram criadas recentemente pela Lei 9.867/99, e consoante o seu art. 1º, elas reúnem pessoas que se encontram em situação de desvantagem no mercado econômico, excluídas pelo preconceito, cuja inserção será promovida através do trabalho.

Depreende-se, do exposto, que as cooperativas, hoje, são uma realidade nacional irreversível. Elas têm crescido de maneira estrondosa nas últimas décadas, com uma intensa participação na economia, bem como na geração de emprego.

Historicamente, o cooperativismo vem contribuindo para o desenvolvimento regional, estruturando setores desorganizados da economia, que se constituem de atividades econômicas com características autônomas, contribuindo para resgatar trabalhadores do setor informal.

Quanto às cooperativas de trabalho, consideram-se como tal tanto as que produzem bens – industrial ou artesanal – quanto àquelas que produzem serviços, incluindo-se, nesse caso, a prestação de serviços de mão-de-obra.

A partir da Lei nº 8.949 de 09/12/1994, percebe-se o interesse sobre a contratação das cooperativas de trabalho, prestadoras de serviços de mão-de-obra, como uma forma de terceirização que, de imediato, resulta em economias substanciais com os custos da mão-de-obra contratada.

3.4 LEGISLAÇÃO ESPECIFICA SOBRE AS COOPERATIVAS

A primeira cooperativa brasileira data de 1889, também surgiu sem uma lei para regular sua atuação, o que só ocorreu com o Decreto Legislativo 1.637, de 05.01.1907, que criava sindicatos profissionais e sociedades cooperativas. Este foi derogado pelo Decreto 22.239, de 19.12.1932, na parte referente às sociedades cooperativas. Em 20.12.1933, o Decreto 23.611 revogou o Decreto Legislativo 979, de 06.01.1903, e facultou a instituição de consórcios profissional-cooperativos. O Decreto 24.647, de 10.07.1934, que revogou o de nº 22.239, de 19.12.1932, estabeleceu bases e princípios para a cooperação profissional e para a cooperação social, facultando auxílios diretos e indiretos às sociedades cooperativas e instituindo o Patrimônio dos Consórcios Profissionais Cooperativos. Em 01.08.1938, o Decreto-lei 581 dispôs sobre registros, fiscalização e assistência de sociedades cooperativas, revogando os Decretos 23.611 e 24.647. No mesmo ano, o Decreto-lei 926 dispôs sobre a constituição, financiamento e fiscalização das sociedades cooperativas de seguros. A admissão de pessoas jurídicas nas cooperativas de indústrias extrativistas foi autorizada pelo Decreto-lei 1.386, de 05.12.1939. O Decreto 6.980, de 19.03.1941, aprovou o regulamento para a fiscalização das sociedades cooperativas, estabelecido no Decreto-lei 581. Em 19.10.1943, o Decreto-lei 5.893 dispôs sobre a organização, o funcionamento e a fiscalização das cooperativas, tendo sido alterado, no ano seguinte, pelo Decreto-lei 6.274. O Decreto-lei 8.401, de 19.02.1945, revogou os Decretos-leis 5.893 e 6.274, exceto os artigos 104 a 118, e seus parágrafos, revigorando os Decretos-leis 581 e 22.239. Destaca-se, também, o Decreto-lei 59, de 21.11.1966, regulamentado pelo Decreto 60.597, de 19.04.1967, que definiu a política nacional do cooperativismo e criou o

Conselho Nacional de Cooperativismo. E, por fim, a Lei 5.764, de 16.12.1971, definiu a política nacional de cooperativismo e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas, permanecendo em vigor até os dias atuais. Comentado com muita propriedade o cenário político que vivia o país quando da publicação desta lei. KRUEGER, Guilherme. (2003, p. 16) “Produzida no auge do regime militar, ela estabeleceu um verdadeiro controle das cooperativas pelo Estado, através, por exemplo, do Conselho Nacional do Cooperativismo e da Superintendência Nacional do Cooperativismo, Com o fim da ditadura militar, foi promulgada a Constituição Federal de 1988, que determinou a impossibilidade de interferência estatal nas cooperativas”.

As diferenças estabelecidas, pela Lei 5.764/71, entre as cooperativas e as demais sociedades comerciais, tornaram-se cristalinas na Constituição Federal de 1988. O constituinte de 1988 foi o primeiro a inserir o cooperativismo na Carta Magna. Oito são os dispositivos constitucionais que determinam o apoio e o estímulo ao cooperativismo: o art. 5º, inciso XVIII, dispõe que a criação de cooperativas independe de autorização e veda a intervenção estatal em seu funcionamento; o art. 146, inciso III, alínea c, estatui que cabe a lei complementar estabelecer adequado tratamento tributário ao ato cooperativo; o art. 174, no § 2º, estabelece que a lei apoiará e estimulará o cooperativismo; no § 3º, o mesmo artigo determina que o Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas; e no § 4º, dispõe que tais cooperativas terão prioridade na exploração de jazidas de minerais garimpáveis; o art. 187, inciso VI, estabelece que, relativamente ao planejamento e à execução de política agrícola, deve ser levado em conta, especialmente, o cooperativismo; o art. 192 inclui as cooperativas de crédito no sistema financeiro

nacional; e, finalmente, o art. 47, § 7º, do ADCT, ainda no que se refere às cooperativas de crédito, dita regras relativas ao mercado financeiro..

Os três primeiros dispositivos supracitados tratam, de forma geral, das cooperativas e do cooperativismo, possuindo características principiológicas. Os outros cinco dirigem-se a ramos específicos de cooperativas. Percebe-se, assim, que o legislador constituinte originário dedicou-se a uma política de fomento às cooperativas, constitucionalizando um verdadeiro sistema cooperativista. Segundo BECHO (2005, p. 125) “este fenômeno de constitucionalização do cooperativismo se deve a um traço marcante da Constituição de 1988: uma transição da preocupação do individual para o coletivo, adotando uma filosofia voltada para o Estado Social. E o cooperativismo se apresenta, assim, como uma possibilidade de solução para esta transição”.

Vale ressaltar que, apesar de a Lei 5.764/71 ser anterior à Constituição de 1988, houve sua recepção pelo texto constitucional vigente.

Cabe uma referência às cooperativas sob o enfoque do Novo Código Civil (Lei 10.406, de 10.01.2002), com o qual, a importância que as cooperativas tinham assumido no cenário nacional pode ser sentida pela inclusão do Capítulo VII no Livro II, referente ao Direito de Empresa, especialmente dedicado a esse tipo tão peculiar de sociedades. O capítulo é formado por apenas quatro artigos: 1.093 a 1.096. O legislador iniciou o capítulo evitando qualquer tipo de polêmica sobre o posicionamento da nova legislação civilista como norma geral, e a aplicação subsidiária da Lei 5.764/71, que é a legislação especial, em vigor, para as sociedades cooperativas, quando dispôs, no art. 1.093 do referido diploma legal: A sociedade cooperativa reger-se-á pelo disposto no presente Capítulo, ressalvada a legislação especial.” Tal disposição vem confirmada pelo art. 1.096, No que a lei for

omissa, aplicam-se as disposições referentes às sociedades simples, resguardadas as características do art.1.094, este artigo revela as características das sociedades cooperativas. Vale lembrar que a Lei 5.764/71 também estabeleceu tais características, em seu art. 4º, positivando, assim, vários dos chamados princípios cooperativistas.

Por último, o art. 1.095, assim como os arts. 11 e 12 da lei cooperativista, determinou que a responsabilidade dos sócios das cooperativas possa ser limitada ou ilimitada, conforme estabeleça a assembléia de fundação, no estatuto social. A novidade trazida, em seu parágrafo primeiro, refere-se ao fato de que, nas cooperativas de responsabilidade limitada, os sócios responderão não só até o valor de suas quotas-parte, mas, também, por eventuais prejuízos apurados nas operações sociais, conforme a participação de cada um deles nestas operações.

3.5 CARACTERIZAÇÃO DO ATO COOPERATIVO

De acordo com a Lei Nº 5.764/1971, artigo 79 Denomina-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais, Parágrafo único, O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produtos ou mercadorias.

No entanto a interpretação literal do artigo 79 da Lei 5.764/71, no sentido de que apenas as operações diretas entre as sociedades cooperativas e seus associados se enquadram no conceito legal de ato cooperativo, e tal interpretação torna a associação de pessoas sem meios de realizar a atividade econômica, sem proveito para o associado, que de fato, visam fundamentalmente ganho econômico

pela viabilização da oferta e gestão coletiva de seus serviços profissionais autônomos para terceiros, a serem organizados por entidade associativa sem fins lucrativos, administrados e controlada coletivamente por meio de assembléias com poder de eleição, fiscalização e destituição de seus dirigentes, a qual, subsidiariamente, prestará benefícios e utilidades de caráter comunitário aos associados, nas áreas de saúde e educação, na medida em que dispuser de estrutura econômica que viabilize a contratação destes.

A Lei 5.764/71 (Lei das Sociedades Cooperativas), em seu artigo 4º define as cooperativas da seguinte forma: "As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados." Diante da expressão da Lei, fica claro que existe interesse da Nação em desenvolver as cooperativas, principalmente quando os indicadores estatísticos mostram aqueles números alarmantes sobre a taxa de desemprego no país, e uma solução interessante com certeza seria a Cooperativa de Trabalho, com o objeto social que consiste na atividade de mediação dos interesses profissionais dos associados na oferta dos serviços dos seus associados, na cobrança e no recebimento de honorários, o registro, controle e repasse dos honorários recebidos e a apuração e cobrança das despesas da sociedade, mediante rateio na proporção direta da fruição dos serviços pelos associados.

Um bom entendimento pode-se extrair da jurisprudência de nossos tribunais. Por ser a mais festejada e prestigiada de todas as lições (objeto de inúmeras remissões nas diferentes instancias do Poder Judiciário), reproduziremos o elucidativo ensinamento do magistrado Silvio Dobrowolski (que tem como fonte inspirada Walmor Franke, o maior expoente do direito cooperativo pátrio), citado, por

exemplo, pelo Min. Garcia Vieira no RESP 36.887-1 - PR, e pelo Min. Demócrito Reinaldo no RESP 109.711-RS (cujas deliberações constituem esteio à Súmula 262 do STJ):

A cooperativa é uma espécie de sociedade que tem fins não lucrativos próprios. Ela tem a finalidade de auxiliar o desenvolvimento econômico de seus associados, os cooperados. Por isso, de regra fica de fora da incidência do Imposto de Renda sobre pessoas jurídicas, cuja base de cálculo é o lucro das empresas. Como a cooperativa por si, não deve ter lucro – por natureza ela não visa ao lucro, os resultados positivos alcançados por ela em suas operações pertencem aos cooperados, e não a ela – há de estar em situação de não incidência.

É preciso anotar as diversas espécies de negócios, ou atos negociais quem podem ser praticados pelas cooperativas.

Surge, em primeiro lugar, o chamado ato cooperativo, também chamado negócio-fim ou negócio cooperativo, ou ainda, os negócios internos, isto é, as relações entre a cooperativa e os cooperados. É aqui que há o recebimento das mercadorias, dos produtos dos cooperados, como exemplo que se adapta à espécie sob exame, de cooperativa de produtores rurais e, posteriormente, há devolução a estes do resultado da venda daqueles produtos rurais. Esse negócio-fim, evidentemente, é o ato cooperativo básico, fundamental. Esse, é claro, normalmente correndo, não poderá se sujeitar à tributação do Imposto de Renda porque não há lucro para a pessoa jurídica.

As cooperativas, para chegar a esse negócio-fim, precisam praticar alguns atos com terceiros, que são os pressupostos necessários para a realização dos atos cooperativos. Se a cooperativa recebeu a produção de um cooperado, precisa vender essa produção a terceiros. Esse tipo de negócio constitui os chamados negócios externos ou negócios de meio – são os atos-meios para que se realize o ato cooperativo – ou ainda negócios de contrapartida: são as vendas dos produtos recebidos para terceiros. Aí também, é claro, se está dentro da finalidade da cooperativa, pois esses atos são atos derivados do ato cooperativo, são decorrentes da função específica das cooperativas, e por isso, normalmente, estão fora da incidência do Imposto de Renda.

Em terceiro lugar, existem ainda outros negócios ou atos que são acessórios ou auxiliares para a boa administração da cooperativa: contratar empregados, alugar salas, vender imóveis, vender máquinas velhas, vender resíduos de beneficiamento, ou produtos estragados, e outras alienações eventuais. Aí, a cooperativa estará agindo, não como uma sociedade comercial, mas como qualquer pessoa em atividade não comercial, como associado civil que é, procurando, não o lucro, mais simplesmente a mais valia na forma de ganho. Estes negócios também estão de fora da incidência do Imposto de Renda.

A quarta modalidade de negócios que pode ser praticada pelas cooperativas são os atos chamados vinculados à finalidade básica. Serão os negócios com o não associados, são autorizados pela Lei das Cooperativas nos artigos 85, 86 e 88. São os negócios com os não associados ou os investimentos em sociedades não cooperativas. Esta é uma abertura que a lei deu, para que as cooperativas tenham condições de melhor funcionamento, porque poderão aproveitar uma capacidade ociosa na sua maquinaria, ou terão possibilidade de aplicar o dinheiro em investimentos, em vez de deixar o dinheiro parado. A lei autorizou que as cooperativas efetuassem esse tipo de transações. São atividades não ligadas ao objetivo principal; mas, de algum modo, com ele relacionadas, pois visam a dar uma melhor capacidade, um aproveitamento maior às virtualidades, às potencialidades da cooperativa. Esse tipos de negócio, segundo a lei, estarão, evidentemente, sujeitos ao Imposto de Renda.

Por fim, existe uma quinta espécie de negócios que podem ser praticados pelas cooperativas. Podem no sentido fático, mas não no sentido jurídico, porque são negócios vedados pela lei.

(...) O art. 24, 3º, proíbe as cooperativas de distribuir vantagens a associados e a outras pessoas (...) Esse tipo de transação não é permitido. (...) Parece claro que, praticando negócios ilegais, a cooperativa deixa de atuar como sociedade cooperativa, ou seja, como aquela associação que visa apenas a melhorar as condições econômicas dos associados. (MEINEN, 2003, p. 19)

A compreensão exata, no entanto, do que seja uma relação cooperativa, especialmente para fins tributários, requer exame caso a caso das atividades permitidas aos diferentes tipos de cooperativas, mas sempre com a finalidade de auxiliar o desenvolvimento econômico de seus associados, os cooperados, ela não visa lucro, os resultados positivos alcançados por ela em suas operações pertencem aos cooperados.

3.6 REGIME TRIBUTÁRIO DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO

As sociedades cooperativas que obedecerem ao disposto na legislação específica não terão incidência do imposto sobre suas atividades econômicas, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

É vedado às cooperativas distribuírem qualquer espécie de benefício às quotas-partes do capital ou estabelecer outras vantagens ou privilégios, financeiros ou não, em favor de quaisquer associados ou terceiros, excetuados os juros até o máximo de 12% (doze por cento) ao ano, atribuídos ao capital integralizado. A inobservância desta regra importará tributação dos resultados, na forma prevista no regulamento do imposto de renda da mesma forma que as demais empresas.

Conforme determina a legislação, as sociedades cooperativas que obedecerem ao disposto na legislação específica pagarão o imposto calculado tão somente sobre os resultados positivos das operações e atividades que são estranhas às suas finalidades. Dentre essas operações estranhas às suas finalidades encontram-se as seguintes:

a) de comercialização ou industrialização, pelas cooperativas agropecuárias ou de pesca, de produtos adquiridos de não associados, agricultores, pecuaristas ou

pescadores, para completar lotes destinados ao cumprimento de contratos ou para suprir capacidade ociosa de suas instalações industriais;

b) de fornecimento de bens ou serviços a não associados, para atender aos objetivos sociais;

c) de participação em sociedades não cooperativas, públicas ou privadas, para atendimento de objetivos acessórios ou complementares.

No Regime do Lucro Presumido, Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996: em seu Art. 25. O lucro presumido será o montante determinado pela soma das seguintes parcelas:

I - o valor resultante da aplicação dos percentuais de que trata o art. 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, sobre a receita bruta definida pelo art. 31 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, auferida no período de apuração de que trata o art. 1º desta Lei;

II - os ganhos de capital, os rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras, as demais receitas e os resultados positivos decorrentes de receitas não abrangidas pelo inciso anterior e demais valores determinados nesta Lei, auferidos naquele mesmo período.

No específico caso das cooperativas de trabalho que é o objeto em análise as bases de Cálculo para o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, deve-se tomar o valor bruto e aplicar o percentual de 32% (trinta e dois por cento), para ambos, e do valor apurado aplicar o percentual do tributo que é 15% (quinze por cento) para o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e o percentual de 9% (nove por cento) para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

3.7 PRINCIPAIS TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE AS COOPERATIVAS DE TRABALHO

Os principais tributos federais incidentes sobre a cooperativa de trabalho são:

3.7.1 Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Folha de Salários

As sociedades cooperativas que praticarem exclusivamente operações com cooperados ficam sujeitas ao recolhimento da contribuição para o PIS à alíquota de 1% (um por cento) calculada sobre o total de pagamento das remunerações de seus empregados. A base de cálculo é o total de pagamento mensal de seus empregados, ou seja, o total dos rendimentos do trabalho assalariado de qualquer natureza, tais como salários, gratificações, comissões, adicional de férias, quinquênios, adicional noturno, horas extras, 13º salário, repouso semanal remunerado e diárias superiores a cinquenta por cento do salário. Não integra a base de cálculo: o salário família, o aviso prévio indenizado, o FGTS pago diretamente ao empregado na rescisão contratual e a indenização por dispensa, desde que dentro dos limites legais.

3.7.2 Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Faturamento

De acordo com o artigo 2º da Lei Nº 9.718/98, a base de cálculo do PIS será o faturamento, que corresponde a receita bruta da pessoa jurídica, entende-se por

receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevante o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.

As cooperativas de trabalho estão sujeitas à tributação de PIS sobre a sua receita, da mesma forma que as demais empresas.

A Lei Nº 9.715/1998 art. 8º, inciso I e a MP Nº 2.158-35/01, apresenta alíquota do PIS no Regime Cumulativo de 0.65% (sessenta e cinco centésimo por cento), e de acordo com a MP Nº 66/02 convertida na Lei 10.637/02, com alterações das Leis Nº 10.684/03 e 10.833/03, 10.665/03, 10.925/04 e 11.196/05, no Regime Não Cumulativo de 1,65%, incidindo sobre as receitas auferidas a partir de 01/12/2002.

As sociedades cooperativas de acordo com a solução de consulta Nº 260 de 28 de junho de 2005 pela superintendência regional da receita federal 7º região determina que “CUMULATIVIDADE–SOCIEDADE COOPERATIVAS. As sociedades cooperativas permanecem sujeitas às normas da contribuição para o PIS, vigentes anteriormente à data da lei 10.367, de 30 de dezembro de 2002, subordinando-se, assim, ao regime da cumulatividade”. Sendo assim as cooperativas de trabalho independentemente do regime tributário escolhidos, real, presumido ou arbitrado, serão tributados pelo PIS à alíquota de 0,65% (sessenta e cinco centésimos três por cento).

3.7.3 Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social

De acordo com a Lei Nº 9.718/98, artigo 2º, a base de cálculo da COFINS é o faturamento, que corresponde à receita bruta da pessoa jurídica, entende-se por

receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevante o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.

A Lei Nº 9.718/98 em seu artigo 8º apresenta a alíquota de 3,00% (três por cento), para as empresas sujeitas a COFINS cumulativa. Para as empresas sujeitas a COFINS não-cumulativa de que trata a Lei 10.833/2003 em seu artigo 1º a alíquota será de 7,60% , que incidirá sobre as receitas auferidas a partir de 01/02/2004.

De acordo com a Lei Nº 10.833 de 29 de dezembro de 2003 em seu artigo

10º. Permanecem sujeitas às normas da legislação da COFINS, vigentes anteriormente a esta Lei, não se lhes aplicando as disposições dos arts. 1º a 8º:

VI - sociedades cooperativas, exceto as de produção agropecuária, sem prejuízo das deduções de que trata o art. 15 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e o art. 17 da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, não lhes aplicando as disposições do § 7º do art. 3º das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e as de consumo; (Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004).

De acordo com o exposto as sociedades cooperativas de trabalhos tem sua tributação da COFINS no regime cumulativo, ou seja, sua alíquota é de 3,00% (três por cento) independente do tipo de regime de apuração dos tributos escolhida, lucro real, presumido ou arbitrado.

A Lei 10.833/2003 em seu artigo 30 menciona a retenção de PIS e COFINS,

Art. 30. Os pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas de direito privado, pela prestação de serviços de limpeza, conservação, manutenção, segurança, vigilância, transporte de valores e locação de mão-de-obra, pela prestação de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, bem como pela remuneração de serviços profissionais, estão sujeitos a retenção na fonte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se inclusive aos pagamentos efetuados por:

- I - associações, inclusive entidades sindicais, federações, confederações, centrais sindicais e serviços sociais autônomos;
- II - sociedades simples, inclusive sociedades cooperativas;
- III - fundações de direito privado; ou
- IV - condomínios edilícios.

A Solução de Consulta Nº 38, de 26 de abril de 2006, da superintendência regional da receita federal 1ª Região Fiscal, sobre a COFINS determina que,

“RETENÇÃO POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, PAGAMENTO À COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO PROFISSIONAIS. NÃO INCIDENCIA. Os pagamentos efetuados por pessoa jurídica de direito privado à cooperativa de trabalho por serviços não profissionais não estão sujeitos à retenção na fonte a que refere o art. 30 da lei 10.833/2003”.

Percebe-se bem a diferença na retenção ou não retenção da COFINS, no art. 30 da Lei 10.833/2003 quando determina a retenção nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas de direito privado, pela prestação de serviços profissionais, enquanto que a solução de consulta Nº 38 da SRF menciona a não retenção para prestação de serviços não profissionais. Deve-se ter sempre bem claro qual o objeto social da cooperativa para então analisar cada caso de incidência ou retenção.

3.7.4 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Instituída pela Lei 7.689, em 15 de dezembro de 1988, com exigência tributária para janeiro de 1989, incidindo sobre o resultado do exercício, antes da provisão para o imposto de renda, com alíquota inicial de 8%, (oito por cento). Após várias alterações na legislação hoje se mantém em 9% (nove por cento).

Em 2004, através da Lei 10.865/04, o Legislador entendeu que as cooperativas que se mantiverem segundo as regras da Lei 5.764/71, legislação específica das cooperativas e se mantendo dentro dos Atos Cooperados não incidindo sobre o lucro líquido. A Lei 10.865/2004 dispõe o seguinte: “Art. 39. As sociedades cooperativas que obedecerem ao disposto na legislação específica,

relativamente aos atos cooperativos, ficam isentas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL”.

Isto trouxe um alento às cooperativas e aos cooperados, pacificando assim o entendimento conflituoso.

3.7.5 Imposto de Renda Retido na Fonte de Pessoa Jurídica

O decreto Nº. 3.000, de 26 de março de 1999, em seu artigo 652 apresenta o seguinte.

Art. 652. Estão sujeitas à incidência do imposto na fonte à alíquota de um e meio por cento as importâncias pagas ou creditadas por pessoas jurídicas as cooperativas de trabalho, associações de profissionais ou assemelhadas, relativas a serviços pessoais que lhes forem prestados por associados destas ou colocados à disposição (Lei nº 8.541, de 1992, art. 45, e Lei nº 8.981, de 1995, art. 64).

§ 1º O imposto retido será compensado pelas cooperativas de trabalho, associações ou assemelhadas com o imposto retido por ocasião do pagamento dos rendimentos aos associados (Lei nº 8.981, de 1995, art. 64, § 1º).

§ 2º O imposto retido na forma deste artigo poderá ser objeto de pedido de restituição, desde que a cooperativa, associação ou assemelhada comprove, relativamente a cada ano-calendário, a impossibilidade de sua compensação, na forma e condições definidas em ato normativo do Ministro de Estado da Fazenda (Lei nº 8.981, de 1995, art. 64, § 2º).

Verifica-se que qualquer pagamento efetuado a Cooperativa de Trabalho haverá a retenção na fonte, o percentual embora 1,5% (um e meio por cento), percentual baixo e ainda considerado como um adiantamento do devido, em uma rápida análise pode crer que haverá mais tributação, porém é preciso considerar que em sendo um Ato Cooperado, não haverá tributação sobre este valor. Tanto é assim que no mesmo artigo o legislador assim se expressa, “O imposto retido na forma deste artigo poderá ser objeto de pedido de restituição, desde que a cooperativa, associação ou assemelhada comprove, relativamente a cada ano-calendário”. A comprovação deve ser feita a cada ano-calendário, ou seja, os valores retidos vão se constituindo em crédito junto a Receita Federal do Brasil, e

estes poderão ser compensados após o encerramento do ano-calendário desde que devidamente comprovados.

Voltando o nosso olhar para a Constituição Federal de 1988 em seus artigos:

Art. 146. Cabe à lei complementar:

Adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

§ 2º - A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

Percebe-se que existe interesse em incentivar o cooperativismo, é a expressão da Constituição, no entanto a Legislação Tributária conflita com a Constituição Federal, principalmente se considerarmos uma pequena cooperativa onde são aplicados os princípios e nas letras de VASCONCELOS (2001, p. 34) “Essas cooperativas surgem, então, como um expediente importante para, ao menos, reduzir os impactos sobre o trabalhador da globalização pós-modernidade econômica”. É a manifestação da realidade dos trabalhadores desqualificados, despreparados e sem condições de crescer reúnem-se em cooperativas para amenizar a condição adversa, em busca da sobrevivência e a possibilidade de qualificação, uma vez que em grupo as oportunidades podem se multiplicar.

3.7.6 Imposto de Renda Retido na Fonte do Pagamento ao Associado

Ao cooperado que retira o seu rendimento pelos serviços prestados através da cooperativa tem retenção de Imposto de Renda, aplicando-lhe os mesmos descontos na fonte de acordo com a Tabela de Pagamento da Pessoa Física, ou seja, recebe o mesmo tratamento tributário que funcionários e autônomos.

Para o ano de 2008 a tabela de Descontos para o Imposto de Renda, segundo a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, é a seguinte:

Tabela Progressiva Mensal

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir do IR (R\$)
Até 1.372,81	-	-
De 1.372,82 até 2.743,25	15	205,92
Acima de 2.743,25	27,5	548,82

Nos limites da tabela acima, muitas vezes o cooperado pode não atingir o desconto de Imposto de Renda na Fonte, impossibilitando assim a compensação prevista no Decreto 3.000/99, Art. 652 e mesmo quando atinge, só poderá ser compensado, no ano seguinte e após a devida comprovação.

3.7.7 Imposto de Renda Pessoa Jurídica

A Lei Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, em seus artigos Art. 86. As cooperativas poderão fornecer bens e serviços a não associados, desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais e estejam de conformidade com a presente lei, e Art. 111. Serão considerados como renda tributável os resultados positivos obtidos pelas cooperativas nas operações de que tratam os artigos 85, 86 e 88 desta Lei.

A solução de Consulta Nº 553 de 06 de dezembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União em 08 de fevereiro de 2008, apresenta o seguinte:

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

EMENTA: SOCIEDADES COOPERATIVAS. Não são tributados pelo imposto de renda os resultados positivos obtidos pela cooperativa de trabalho, quando decorrentes da oferta de serviços a terceiros, sempre que esses serviços tenham resultado do esforço comum dos

associados. Trata-se dos atos cooperativos, que são aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais. Os resultados positivos obtidos pela prática dos atos não cooperativos são tributados com base no lucro real, presumido ou arbitrado. Não sendo obrigada à tributação do imposto de renda pelo lucro real, a sociedade cooperativa pode optar pela tributação do lucro obtido com a prática dos atos não cooperativos com base no lucro presumido, aplicando, sobre a receita bruta dessas atividades, os percentuais de presunção previstos em lei, de acordo com a natureza de suas atividades. A prestação de serviços em geral se sujeita à tributação de 32% da receita bruta, podendo o percentual ser reduzido a 16% se a receita bruta não for superior a R\$ 120.000,00 anuais.

Fica claro na legislação que será tributado aquilo que for considerado “Ato Não Cooperado”, o “resultado positivo”, devendo optar pelo Regime Tributário Presumido ou Real. Com mais clareza os Rendimentos de aplicações Financeiras.

Nas letras de MEINEM e DOMINGUES (2003, p. 19) “Ato Cooperado é todo aquele que envolve iniciativa da cooperativa, na estrita dimensão de seu objeto social, visando unicamente aos interesses dos cooperativados, alcançando, além das relações tipicamente internas (cooperativa x associado x cooperativa), as atividades cuja natureza - conforme o ramo de atuação – imponha a participação de terceiro”.

Uma cooperativa de trabalho tem em seu ato social, contratar para os seus cooperados para assim cumprir com o seu objetivo social, e em fazendo isto terá um Ato Cooperado que não é tributado. Restam então os rendimentos financeiros e o rateio das despesas que poderiam ser qualificados como “resultados positivos”, porém o rateio de despesas não é uma receita, é o custo da cooperativa na busca de atender ao Ato Cooperado. Restando assim tributáveis as receitas financeiras.

3.7.8 Previdência Social

A remuneração do segurado contribuinte individual filiado à cooperativa de trabalho decorre da prestação de serviços por intermédio da cooperativa, às pessoas físicas ou jurídicas, segundo o artigo 292 da Instrução Normativa INSS/DC Nº 100/2003.

1) Base de Cálculo

Ao analisar o artigo 294 da Instrução Normativa INSS/DC Nº 100/2003 encontramos as bases de cálculo prevista nos artigos 292 e 293 da Instrução Normativa INSS/DC Nº 100/2003, essas bases de cálculo, observados os limites mínimo de R\$ 415,00 e máximo de R\$ 3.038,99 a partir de março de 2008, correspondem:

- a) à remuneração paga ou creditada aos cooperados em decorrência de seu trabalho, de acordo com a escrituração contábil da cooperativa;
- b) aos valores totais pagos ou creditados aos cooperados, ainda que a título de antecipação de sobras, quando não houver discriminação entre a remuneração decorrente do trabalho e a proveniente da distribuição das sobras líquidas apuradas no exercício, ou tratar-se de adiantamento de sobras que ainda não tenham sido apuradas por meio de demonstrativo de sobras líquidas do exercício e tenham sido distribuídas sem a sua prévia destinação por Assembleia Geral Ordinária;
- c) aos valores totais pagos ou creditados aos cooperados, quando a contabilidade for apresentada de forma deficiente.

Para efetuar o cálculo da contribuição social previdenciária devida pelo cooperado, aplica-se o disposto no art. 85 da Instrução Normativa INSS/DC nº

100/2003, que trata sobre a contribuição do segurado contribuinte individual, observando-se os seguintes percentuais:

a) 11%, quando o cooperado prestar serviços a empresas em geral e equiparadas por intermédio de cooperativa de trabalho;

b) 20%, quando o cooperado prestar serviços a pessoas físicas e à entidade beneficente em gozo de isenção da quota patronal, por intermédio da cooperativa de trabalho;

c) 11%, quando o cooperado prestar serviços à cooperativa de produção

2) Base de Cálculo Especial

Na prestação de serviço de cooperados por intermédio de cooperativa de trabalho, havendo o fornecimento de material ou a utilização de equipamentos, próprios ou de terceiros, exceto equipamentos manuais, fica facultado à cooperativa de trabalho discriminar na nota fiscal ou na fatura emitida para a empresa contratante o valor correspondente a material ou a equipamentos, que será excluído da base de cálculo da contribuição, desde que contratualmente previsto e devidamente comprovado o custo de aquisição dos materiais e de locação de equipamentos de terceiros, se for o caso, conforme prevê o art. 161 da IN/DC/INSS no 100/03, alterada pela IN/DC/INSS nº 105/04, que trata sobre as deduções da base de cálculo.

3) Obrigações Específicas

De acordo com o artigo 295 da Instrução Normativa INSS Nº 100/2003, as cooperativas de trabalho e de produção sujeitam-se às mesmas obrigações previdenciárias que as empresas em geral, relativamente:

a) a remuneração paga, devida ou creditada, conforme o caso, no decorrer do mês, aos segurados empregados, trabalhador avulso e contribuinte individual por ela contratados;

b) a remuneração paga ou creditada a cooperado pelos serviços prestados à própria cooperativa, inclusive aos cooperados eleitos para cargo de direção. Esse procedimento também se aplica à cooperativa de produção em relação à remuneração paga ou creditada aos cooperados envolvidos na produção dos bens ou serviços;

c) a arrecadação da contribuição individual de seus cooperados pelos serviços por ela intermediados e prestados a pessoas físicas, a pessoas jurídicas ou à própria cooperativa, no caso de cooperativa de trabalho;

d) a arrecadação da contribuição individual de seus cooperados pelos serviços a ela prestados, no caso de cooperativa de produção;

e) a retenção decorrente da contratação de serviços mediante cessão de mão-de-obra ou empreitada, inclusive em regime de trabalho temporário, incidente sobre o valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços;

f) a contribuição incidente sobre o valor bruto da nota fiscal, fatura ou recibo de prestação de serviços, quando contratar serviços mediante intermediação de outra cooperativa de trabalho;

g) a contribuição devida pela associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional, incidente sobre a receita bruta repassada a ela a título de patrocínio, de licenciamento e uso de marcas e símbolos, de publicidade, de propaganda e transmissão de espetáculos desportivos;

h) a contribuição devida pelo produtor rural pessoa física ou pelo segurado especial, incidente sobre a comercialização do produto rural, na condição de sub-rogada; e,

i) a contribuição adicional para o custeio da aposentadoria especial, no caso de cooperativa de produção.

4) Recolhimento e Prazo de Recolhimento da parte da Empresa

A cooperativa, enquanto pessoa jurídica está sujeita normalmente às contribuições previdenciárias vertidas sobre a folha de pagamento de seus empregados sendo de 20% (vinte por cento) mais o percentual do RAT, mais o percentual de terceiros, mais a parte descontada dos empregados, com relação aos contribuintes individuais de 20% (vinte por cento) da parte da empresa mais a parte descontada dos contribuintes, dos cooperativados será recolhida somente à parte deles descontados.

O prazo de recolhimento neste caso será dia 10 do mês subsequente ao laborado, prorrogando-se para o primeiro dia útil posterior se o dia 10 não houver expediente bancário.

3.8 TRIBUTAÇÃO DO COOPERADO E DA COOPERATIVA DE TRABALHO

No tocante aos tributos federais, a incidência do imposto sobre a renda das sociedades cooperativas tem trazido enormes conflitos. As sociedades cooperativas são sociedades sem fins lucrativos, por expressa determinação legal, assim, não é possível a ocorrência de lucro em atos cooperativos ou em qualquer outra atividade cooperativa. Esses atos devem provocar apenas resultados positivos, que são as sobras, como consta do novo Código Civil.

Os associados são segurados obrigatórios, assim como os empresários, o associado eleito para cargo de direção na sociedade cooperativa, os autônomos, os trabalhadores associados à cooperativa de trabalho que nessa qualidade presta serviço a terceiros.

3.8.1 Tributação da Cooperativa de Trabalho

As sobras são o resultado positivo alcançado pela cooperativa, após o pagamento de todas as suas despesas. Este resultado deve ser dividido por todos os cooperados. Porém, a divisão não se dará em relação às quotas-partes, mas sim em razão dos serviços usufruídos, ou seja, na proporção do esforço realizado durante o ano, independente da quantidade de quotas-partes que possua cada cooperado. Estas sobras serão incorporadas à remuneração previamente fixada para cada cooperado. Assim, após a repartição, a sociedade terá resultado contábil igual a zero. É isso que significa, para a cooperativa, não ter lucro. Quando ocorrem prejuízos, estes também devem ser repassados aos cooperados, utilizando-se os mesmos critérios do rateio de sobras, como determina a legislação do Imposto de Renda, as cooperativas, necessariamente, darão resultado neutro ou igual a zero. Logo, se a cobrança do Imposto sobre a renda tem por base de cálculo a obtenção de lucro, e as cooperativas não têm lucro, elas não estão sujeitas ao recolhimento deste imposto, mesmo que a legislação assim o determine. No entanto, as sobras do exercício podem ser originadas da prática de atos não cooperativos. Neste caso, não poderá haver a repartição das sobras. Estes valores devem ser contabilizados no FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – que é indivisível, conforme art. 4º, VIII, da lei cooperativista, e oferecida à tributação. Ao realizar estas

operações, as cooperativas se despem de suas características habituais e atuam como concorrentes das empresas mercantis, com o que devem recolher o imposto sobre a renda, como qualquer sociedade comercial. O art. 111 da Lei 5.764/71 vem corroborar este pensamento, já que determina que “serão considerados como renda tributável os resultados positivos obtidos pelas cooperativas nas operações de que tratam os arts. 85 86 e 88 desta lei”. Tais operações são justamente os atos não cooperativos. No que diz respeito à incidência de Imposto de Renda sobre as aplicações financeiras das cooperativas, a controvérsia não é menor. Quando se faz uma aplicação financeira, podem-se obter resultados negativos, neutros ou positivos, sendo que estes últimos comporão a base de cálculo do imposto de renda. As cooperativas, quando fazem aplicação financeira no mercado, não estão perseguindo lucro, apenas tentando manter o poder aquisitivo da moeda.

As cooperativas de trabalho estão sujeitas à tributação de PIS e COFINS da mesma forma que as demais empresas, sendo à base de cálculos destes tributos o faturamento bruto e não o lucro.

3.8.2 Tributação do Cooperado

O cooperado não recebe salário. O cooperado é reembolsado pela Cooperativa da receita que esta auferir pelo fruto dos serviços que ele prestou a terceiros por intermédio da mesma.

A própria legislação previdenciária trata tal remuneração recebida pelos associados das Cooperativas de Trabalho da qual fazem parte como retribuição pelos serviços que prestem a pessoas jurídicas por intermédio delas não se referindo, portanto, a salário, sobre esta remuneração será recolhido à previdência

social de 11% até o limite da tabela. E ainda terá retenção do Imposto de renda conforme a tabela progressiva que pode ser de 15% ou 27,50%.

3.8.3 Comparação da Tributação entre Cooperativa de Trabalho e Sociedade Empresária Tributada pelo Lucro Presumido.

Pode-se constatar inclusive com a leitura do artigo 4º da Lei nº. 5.765/71, que as diferenças entre uma cooperativa de trabalho e uma sociedade empresária são significativas.

No quadro abaixo se percebe com facilidade algumas diferenças.

SOCIEDADE COOPERATIVA	SOCIEDADE EMPRESÁRIA
Sociedade de pessoas.	Sociedade de capital.
Sem fins lucrativos.	Visa lucros.
Objetivo principal prestar serviços aos cooperados.	Objetivo principal gerar lucro para os sócios.
Associado presta serviço como autônomo.	Trabalho subordinado.
Risco é dos cooperados.	Risco é dos empresários.
Gestão democrática – cada cooperado tem direito apenas a um voto.	O montante de capital investido pelo sócio determina o poder de mando na sociedade.
Assembléias: quorum é baseado no numero de cooperados.	Assembléias: quorum é baseado no capital.
Dirigente: eleitos pelos cooperados.	Dirigente: dono da empresa.
Política de negócio: definida pelos cooperados em assembléia.	Política de negócios: definida pelos donos da empresa.
Numero ilimitados de associados.	Numero limitado de sócios.
Retorno das sobras proporcional ao valor das operações de cada cooperado.	Lucro proporcional ao montante de capital investido pelo sócio.
Remuneração dos trabalhadores cooperados de acordo com a produção.	Empregados com salário pré-estabelecido.

Fonte: OCEPAR – Adaptado pelos autores

A principal diferença é o objetivo distinto entre elas, a cooperativa tem como objetivo principal, prestar serviços para os cooperados e a sociedade empresária objetiva gerar lucro para seus sócios.

Apresenta-se abaixo quadro comparativo entre os principais tributos federais incidentes entre a cooperativa de trabalho e uma sociedade empresária de mesmo ramo de atividade, tributadas pelo regime de lucro presumido.

TRIBUTAÇÃO DA COOPERATIVA DE TRABALHO – LUCRO PRESUMIDO

TRIBUTOS	ATO COOPERATIVO	ATO NÃO COOPERATIVO	SOCIEDADE EMPRESÁRIA
PIS - Folha Pagamento	1,00%	1,00%	0,00%
PIS – Faturamento	0,65%	0,65%	0,65%
COFINS	3,00%	3,00%	3,00%
CSSL		2,88%	2,88%
IR		4,80%	4,80%

Fonte autores.

Pode-se verificar que quando a cooperativa de trabalho executar atos cooperativos ela terá como encargos tributários somente o PIS sobre o faturamento no percentual de 0,65%, a COFINS no percentual de 3,00%, que são tributos incidentes sobre sua receita bruta e o PIS sobre a folha de pagamento no percentual de 1%. Quando a Cooperativa de trabalho executar atos não cooperativos ela terá incidência dos tributos igualmente a uma sociedade empresária do mesmo ramo de atividade, com uma diferenciação quanto ao PIS sobre folha de pagamento que a cooperativa sempre sofrerá esta incidência e a sociedade empresária não.

Quanto ao Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica, a legislação determina um adicional de 10% (dez por cento) quando a Base de cálculo atingir o valor de R\$ 20.000,00 no mês ou R\$ 60.000,00 no trimestre, uma vez que no presumido o recolhimento é trimestral, já a Contribuição Social sobre o Lucro líquido não tem o adicional. Ainda há a retenção do Imposto de sobre a renda na fonte no percentual de 1,5% sobre o valor da nota fiscal emitida conforme o que determina o decreto N° 3.000/1999 em seu artigo 652, além da dificuldade de compensação, podendo ser compensado apenas no ano seguinte com o IR retido do cooperado.

A cooperativa de trabalho deveria prestar serviços a terceiros sempre através de seus cooperados, assim seus custos seriam menores por não haver tributos

incidentes sobre as sobras e estaria atingindo por completo os objetivos da cooperativa de trabalho.

3.8.4 Comparação da Tributação entre Cooperados e Sócios de Sociedade Empresária

O cooperado da cooperativa de trabalho e o sócio da sociedade empresária têm a mesma intenção, que seria através do desenvolvimento de sua atividade profissional atingir a melhor remuneração líquida e ambos sofrem a mesma tributação de acordo com a tabela abaixo.

TRIBUTOS	COOPERADO	SOCIO EMPRESARIO
INSS	11%	11%
IRRF	15% A 27.50%	15% A 27.50%

Fonte autores

Os tributos incidentes sobre a remuneração auferida pelos cooperados e sócios de sociedades empresárias aparentemente são iguais, INSS de 11% até o limite da tabela e o IRRF que varia de 15% a 27,5% dependendo do valor da remuneração. Este fato impacta fortemente no cooperado, pois de tudo que recebe deve recolher o Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e a Previdência Social. E neste sentido o empresário que objetiva o Lucro leva vantagem reduzindo o seu pró labore, fixando-o num valor que lhe interessa para a contribuição a previdência social, diminuindo assim a carga tributária e optando pela distribuição do lucro que não tem tributação, recolhendo estes tributos apenas sobre o valor do pró labore.

3.8.5 Reflexos da Tributação

A tributação da cooperativa de trabalho mesmo em seus atos cooperativos, sendo tributada pelo PIS e a COFINS igualmente a uma sociedade empresária, é uma discussão muito atual nos tribunais, muitas cooperativas estão com processos na justiça para deixar de recolher estes tributos. São isentas do imposto de renda e da CSSL em seus atos cooperativos, pois que objetiva o lucro, o que não ocorre no caso de cooperativa. Visto que a cooperativa tem seu objetivo principal prestar serviços aos seus associados cooperados, com a intenção de contribuir para o desenvolvimento de uma atividade econômica de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Os cooperados ao receber sua remuneração por prestar serviços através da cooperativa são tributados como um autônomo, sendo retido o valor devido à previdência social e ao imposto de renda sobre toda sua remuneração.

Verifica-se que o reflexo de toda a tributação recolhida sobre um serviço prestado através da cooperativa faz com que o valor final líquido a ser recebido pelo cooperado fique bem menor. Após a cooperativa tirar seus custos administrativos onde estará incluído o PIS folha de pagamento, o PIS faturamento, e a COFINS, do valor da remuneração do cooperado ainda será tributado à previdência social e a retenção do imposto de renda, reduzindo assim o valor a receber.

3.9 VANTAGENS E DESVANTAGENS DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO

Verifica-se uma condição de desconfiança quanto às cooperativas de trabalho, pelo legado das fraudes à legislação trabalhista ocorridas no passado. As empresas que contratam os serviços temem a condição de responsáveis solidários, restringindo assim o crescimento das cooperativas de trabalho.

Por outro lado à legislação brasileira apesar da Constituição manifestar o interesse neste tipo de associativismo, equipara as cooperativas de trabalho às sociedades empresárias que objetivam o lucro. Como exemplo a retenção do imposto de renda na fonte sobre qualquer pagamento efetuado à cooperativa de trabalho, retenção que traz dificuldades ao fluxo de caixa que não tem o objetivo do lucro e sim de trazer a possibilidade do cooperado desenvolver o seu trabalho através da cooperativa. Enquanto a sociedade empresária compensa o valor integral do imposto retido na fonte a cooperativa nem sempre tem a possibilidade e conquista este direito apenas no exercício seguinte, depois que a receita federal recebeu a informação e reconhece o direito da cooperativa.

Quanto ao cooperado, ele tem o seu rendimento tributado integralmente de acordo com a tabela do imposto de renda. Este fato é um entrave, pois em sendo sócio de sociedade empresária poderá este rendimento se converter em lucro e desta forma ser distribuído sem a tributação do imposto de renda. Esta é a principal causa que leva o trabalhador a optar por uma sociedade empresária com o objetivo de lucro ou se submeter ao regime trabalhista e até mesmo optar pela informalidade.

Associar-se a uma cooperativa de trabalho tem a vantagem de ter a sua disposição toda uma estrutura organizacional que estará buscando novas oportunidades de trabalho a todos os seus cooperados, onde cada cooperado tem

autonomia para executar seus serviços, sendo remunerado pelos serviços prestados através da cooperativa de trabalho.

As cooperativas de trabalho agregam ao cooperado principalmente na questão do aprendizado e na facilidade em trazer o aperfeiçoamento técnico e pessoal ao cooperado, condição esta que na sociedade empresária obedece a critérios de produtividade e capacidade de gerar resultados.

A liberdade de escolha da forma de participar na cooperativa nas várias funções operacionais ou fiscais é um dos atrativos e benefícios quando se objetiva o bem comum, isso é algo que jamais encontraremos em uma sociedade empresária. Talvez ainda não esteja preparado para esta forma de trabalho sem a perspectiva do capitalismo selvagem.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revisamos a legislação tributária no que se refere aos principais tributos da cooperativa de trabalho e seus cooperados, as soluções de consultas da receita federal e encontramos muitas decisões divergentes. Percebemos que com o passar do tempo às interpretações da receita federal foram mudando, e isto gera dúvidas as cooperativas, mas principalmente a cooperativa de trabalho, pois sobre elas existem poucas determinações legais e muitas discussões sobre o assunto.

Ao analisar a forma de tributação da cooperativa e do cooperado verificamos que no momento o entendimento da receita federal é que a cooperativa independente de executar atos cooperativos ou não, está sujeita a tributação do PIS sobre a folha de pagamento, PIS e COFINS sobre a receita da mesma forma que as demais empresas. O que leva as cooperativas a questionar na justiça, principalmente as questões do PIS e da COFINS. Sendo isenta do imposto de renda e CSSL que tem como base de cálculo o lucro, e como a própria legislação indica, as cooperativas são sociedades sem fins lucrativos, e sendo sem lucros não tem a incidência de tributos. Quanto ao cooperado, este será tributado pelo imposto de renda e previdência em toda sua remuneração, assim como um autônomo ou contribuinte individual.

Comparando a cooperativa de trabalho com uma sociedade empresária, ambas tributadas pelo lucro presumido, verificamos que somente é viável quando a cooperativa pratica atos cooperativos, para não ser tributada pelo imposto de renda e pela CSSL. Na prática de atos não cooperativos pagará os tributos como uma sociedade empresária e mais o PIS de 1% sobre a folha de pagamento.

No caso do cooperado e o sócio de uma sociedade empresária verifica-se que ambos são tributados pela previdência social e pelo imposto de renda. Mas o cooperado é tributado sobre toda sua remuneração, já um sócio de sociedade empresária leva vantagem tributária, pois ele é tributado somente pela sua remuneração de pró-labore, cujo valor ele mesmo estipula, e os demais rendimentos podem ser recebidos por distribuição de lucros sem incidência de tributos.

Os reflexos desta tributação recaem diretamente no cooperado, pois a cada incidência de tributos sobre o valor dos serviços prestados através da cooperativa diminuem ainda mais a remuneração do cooperado, que é a parte interessada e principal objetivo desta forma de associativismo denominado cooperativa.

A vantagem de se fazer parte de uma cooperativa é estar inserido em uma estrutura organizacional em forma de cooperação, cujo objetivo é a união de pessoas, em busca de vantagens, que só poderão ser trazidas por esta união. É uma sociedade de pessoas, já que enfatizam o aspecto pessoal, em detrimento do capital, priorizando a valorização do seu trabalho, e não de um capital investido, razão de ser das sociedades empresárias, e um dos pontos de diferenciação entre ambas. A cooperativa estará administrando e buscando o aperfeiçoamento de seus cooperados e novas oportunidades de prestação de serviços a todos os cooperados. O cooperado poderá se dedicar somente ao bom desenvolvimento de seu serviço, sem a preocupação de toda a administração que envolve uma empresa se dela fosse sócio.

O cooperado suporta uma tributação alta ao final de cada prestação de serviços através da cooperativa, pois além de contribuir proporcionalmente com os custos administrativos da cooperativa e com os tributos que incidem na cooperativa a cada serviço prestado - diminuindo assim o valor de sua remuneração - ainda terá

a retenção do imposto de renda e o desconto da previdência social. O que faz diminuir o valor recebido pelo cooperado em relação ao valor cobrado pelo serviço prestado.

As sociedades cooperativas são um tipo societário extremamente peculiar. Sua forma de constituição e funcionamento é, ainda, bastante desconhecida da quase totalidade dos doutrinadores, das Fazendas Públicas, do Poder Judiciário e, até mesmo dos próprios legisladores, podendo-se afirmar que constituem sociedade de natureza própria, ou seja, de natureza cooperativa.

É imprescindível o estudo e a divulgação das características destas sociedades, que assumiram, nas últimas décadas, um importante papel na eliminação das desigualdades e na geração de renda. As cooperativas vêm promovendo a inserção social de milhares de pessoas, em suas mais diferentes formas de constituição. Portanto, demonstramos que há muito que melhorar na questão de tributação dos cooperados e das cooperativas de trabalho para se tornarem mais competitivas e que possam atingir seu verdadeiro objetivo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIL, Antonio Carlos, **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, Editora Atlas, 4ª Edição, 2007, 175p.

VASCONCELOS, Francisco das Chagas, **COOPERATIVAS, Coletânea de Doutrina, Legislação, Jurisprudência e prática**, Editora Iglu Ltda, 2001, 373 p.

MEINEN, Ênio, DOMINGUES, Jefferson Nercolini, DOMINGUES, Jane Aparecida Stefanos, **COOPERATIVAS 1, Aspectos Jurídicos do Cooperativismo**, Editora Sagra Luzzatto, 1ª Edição, 2002, 118 p.

MEINEN, Ênio, DOMINGUES, Jefferson Nercolini, DOMINGUES, Jane Aparecida Stefanos, **COOPERATIVAS 3, O Adequado Tratamento Tributário das Sociedades Cooperativas**, Editora Sagra Luzzatto, 1ª Edição, 2003, 126 p.

GRUPENMACHER, Betina Treiger, **Cooperativas e Tributação**, Juruá, 1ª Edição, 2003, 343 p.

SILVA, J. Miguel. **Guia M.S de Contabilidade**, volume 1: 2007

BECHO, Renato Lopes. **Elementos de direito cooperativo**. São Paulo: Dialética, 2002, p. 18.

KOSLOVSKI, João Paulo. **A evolução histórica das cooperativas**. In: GRUPENMACHER, Betina Treiger (Coord.). **Cooperativas e tributação**. Curitiba: Juruá, 2001, p. 20.

KRUEGER, Guilherme (Coord.). **Ato cooperativo e seu adequado tratamento tributário**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004. p. 238-239.

LEGISLAÇÃO E BASE LEGAL SOBRE TRIBUTAÇÃO E COOPERATIVISMO

BRASIL. Constituição Federal. Diário Oficial: 05, outubro, 1998.

BRASIL. Decreto 3.048. Diário Oficial: 07, maio, 1999, republicado: 12, maio, 1999, retificado, 18, junho, 1999 e 21, junho, 1999.

BRASIL. Decreto 4.032. Diário Oficial: 27, novembro, 2001.

BRASIL. Decreto Nº 3.000. Diário Oficial: 29, março, 1999.

BRASIL. Lei Nº 11.482. Diário Oficial: 31, maio, 2007.

BRASIL. Lei Nº 10.666. Diário Oficial: 09, maio, 2003.

BRASIL. Lei Nº 5.764. Diário Oficial: 07, dezembro, 1971.

BRASIL. Lei Nº 10.833. Diário Oficial: 30, dezembro, 2003.

BRASIL. Lei Nº 9.718. Diário Oficial: 28, novembro, 1998.

BRASIL. Lei Nº 10.865. Diário Oficial: 30, abril, 2004.

BRASIL. Lei Nº 9.715. Diário Oficial: 26, novembro, 1998.

BRASIL. Lei Nº 10.637. Diário Oficial: 30, dezembro, 2002.

BRASIL. Lei Nº 10.684. Diário oficial: 30, maio, 2003.

BRASIL. Lei Nº 10.665. Diário Oficial: 23, abril, 2003.

BRASIL. Lei Nº 10.925. Diário Oficial: 26, julho, 2004.

BRASIL. Lei Nº 11.196. Diário Oficial: 22, novembro, 2005.

BRASIL. Lei Nº 8.949. Diário Oficial: 09, dezembro, 1994.

BRASIL. Lei Nº 8.981. Diário Oficial: 23, janeiro, 1995.

BRASIL. Lei Nº 7.689. Diário Oficial: 16, dezembro, 1988.

BRASIL. LEI Nº 5.172, Diário Oficial 25 DE OUTUBRO DE 1966.

BRASIL. Instrução Normativa INSS/DC Nº 100. Diário Oficial: 24, dezembro, 2003 - Retificado 30, dezembro, 2003, Retificado 02, janeiro, 2004.

BRASIL, Lei Complementar Nº 116. Diário Oficial: 01, agosto, 2003.